

## Ensino pago

“Queiramos ou não, acho que (a cobrança de mensalidades ou de anuidade) estará na agenda dos próximos anos.” Essa declaração feita ao **Estado** pelo ministro Paulo Renato Sousa reabre uma discussão que, como ele lembra, tinha pouco respaldo dez anos atrás. O que mudou nesse período?

Nos últimos anos, havia três argumentos em defesa do ensino superior gratuito: a) não seria correta a estimativa de que só a elite econômica tem acesso às escolas públicas; b) as mensalidades não alterariam o orçamento das universidades; c) o pagamento do ensino superior terminaria por desfigurar-lo. Vale a pena examiná-los.

É sabido – e isso é vergonhoso para o Brasil – que são pouquíssimos os estudantes universitários oriundos das classes de mais baixa renda. Nos cursos mais concorridos, onde a disputa por vagas é acirrada e é exigida sólida formação secundária, construiu-se uma barreira intransponível aos alunos que vêm do ensino médio das escolas públicas. As famílias abastadas vêem o ensino público de 1.º e 2.º grau com um pavor que só não é maior do que a violência que ronda as escolas de periferia.

A triste realidade é esta: o acesso às universidades públicas é elitizado e antidemocrático. Por isso, reforça desigualdades econômicas e injustiças so-

ciais. Criou-se, nas escolas públicas, como destacou o professor José Arthur Giannotti em trabalho de 1986, um verdadeiro “lobby dos filhinhos de papai”. Não é de espantar que, para atender a essa clientela aristocrática, as universidades tenham currículos e métodos de trabalho que satisfaçam às exigências desse tipo de alunos. O círculo vicioso de um ensino superior caro, bastardo, que não responde às demandas da maioria deve ser rompido. Por isso, ao contrário do que dizem alguns reitores da rede estatal, o debate suscitado pelo ministro é propício.

Não fosse por uma questão de justiça social, as mensalidades serviriam, dentre outras coisas, para afastar das escolas públicas estudantes desinteressados e para aferir – diante do número de desistências e abandonos – a qualidade dos cursos. Hoje, com o comodismo da gratuidade, as universidades públicas tornaram-se reféns de estudantes que ocupam vagas de modo burocrático e abusivo.

Outro argumento na defesa do privilégio consiste na afirmação de que as mensalidades não contribuiriam para a superação da atual penúria financeira. Admita-se que, de fato, a receita advinda



das anuidades represente pouco mais de 10% do que se gasta com o ensino público superior. Mas, diante da crise fiscal do Estado, da escassez de recursos para o ensino e a pesquisa e da necessidade de expansão das vagas, todas as fontes lícitas de financiamento, notadamente as que possibilitam melhor distribuição de renda, devem ser seriamente consideradas.

E nem se diga que 10% do que se gasta com a universidade pública seja pouco. A transferência desse percentual para o ensino público de 1.º e 2.º grau, para que se tenha uma idéia, geraria uma extraordinária revolução nas escolas que recebem os estudantes mais necessitados. Acrescidos ao orçamento das universidades, o que fosse recebido em mensalidades poderia viabilizar bolsas, isenções e outras facilidades para os universitários carentes. Mais ainda: reforçaria a autonomia universitária no que se refere à sua capacidade de captar e empregar recursos.

Por fim, dizem os críticos que a escola pública, se paga, abriria um enorme flanco aos interesses particulares dos usuários, comprometendo a destinação social da universidade e dos conhecimentos nela

produzidos. O viés ideológico da assertiva chega a ser grosseiro. Equivale a afirmar que, atualmente, o setor privado do ensino superior, que atende a mais de 60% da população universitária, poderia ignorar o papel republicano, democratizador e social da universidade.

Esses críticos confundem o público com o estatal. Por isso não entendem que o ensino, mesmo quando reservado à iniciativa privada, se sujeita,

**A triste verdade é que o acesso às universidades públicas é elitizado e antidemocrático**

por determinação constitucional, ao cumprimento das normas gerais que regem a educação nacional, à autorização e à avaliação da qualidade pelo Poder Público. A cobrança de mensali-

dades não irá, obviamente, resolver as dificuldades estruturais da instituição. Mas o ministro, ao manifestar claramente a opinião do governo sobre tema tão polêmico, em ano eleitoral, abriu um debate importante. Especialmente num contexto em que algumas lideranças da oposição preferem esconder seu pensamento sobre os principais problemas nacionais.